



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.001179/2019-15

Interessado: banco bmg s/a, JOÃO MARCOLINO DA SILVA, PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE PAU DOS FERROS

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 05
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1754217** e o código CRC **F5E69E59**.

Referência: Processo nº 35000.001179/2019-15

SEI nº 1754217



COM. 483 525 125

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA
Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 - Pau dos Ferros/RN - Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfjespec@tjrn.jus.br



Ofício nº 225/2019

Pau dos Ferros/RN, 10 de abril de 2019.

Processo n.º 0010668-38.2018.8.20.0108
Promovente: JOAO MARCOLINO DA SILVA
Promovido: BANCO BMG S/A

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **JOAO MARCOLINO DA SILVA - CPF: 417.812.443-91**, benefício nº 1603086533, e parte promovida BANCO BMG S/A, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da decisão interlocutória.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

A(o) Ilmo(a). Senhor(a)
Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF
CEP 70070-946
e-mail: dirben@inss.gov.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros

Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: **0010668-38.2018.8.20.0108**

Parte Autora: JOAO MARCOLINO DA SILVA

Parte Ré: BANCO BMG SA

PROJETO DE SENTENÇA

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.

Não há preliminares ou questões processuais para analisar.

Verifico que o presente feito encontra-se pronto para julgamento, nos termos do artigo 355, I, do NCPC, por ser desnecessária a produção de novas provas. Com isso, conheço do mérito da causa, passando a apreciar os pedidos formulados pela Autora.

No mérito, entendo que assiste razão à parte Autora.

A situação narrada na inicial enseja a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, pois no negócio jurídico celebrado pelas partes a autora se encaixa no conceito de consumidor (art. 2º da Lei n.º 8.078/90) e o demandado no de fornecedor (art. 3º da Lei n.º 8.078/90).

Primeiramente, cabe esclarecer que o objeto da lide é para saber se houve a realização do contrato de cartão de crédito consignado nº 13816805 ou 8368128 (cartão de crédito nº **5259.0993.5211.7780**), **consoante informado pelo demandado**, este que motivou o desconto indevido no benefício do autor, no valor mensal de R\$ 47,70 (quarenta e sete reais e setenta centavos) e R\$ 19,12 (dezenove reais e doze centavos).

Esclareça-se, inicialmente, que diferentemente do entendido pelo autor, os descontos constantes no ID nº 32078348 são referentes a um único contrato de cartão de crédito consignado, tanto é que mensalmente são encerrados, iniciando-se com a fatura do mês seguinte, o que de igual modo afasta a tese no sentido de que teria pago todo o valor referente ao contrato encerrado, sendo que o quantum pago é apenas o constante na coluna ao valor do desconto.

Conforme consignado na petição inicial, à parte autora alega que nunca celebrou

qualquer contrato com o banco demandado.

Em sede de contestação a parte Demandada afirma que houve a realização do contrato entre as partes, anexando para tanto aos autos, o referido instrumento pactuado. Porém, verifico que a suposta assinatura do autor, constante no contrato realizado junto ao banco (ID. 32078423) é diferente da assinatura do requerente que consta na Procuração Judicial, no RG e no Requerimento Administrativo realizado junto ao INSS, conforme os IDs. 32078358, 32078364 e 32078406, divergência verificada por simples comparação visual, dispensando-se assim a realização de perícia grafotécnica. Nesse sentido, já se posicionou a Turma Recursal dos Juizados Especiais do Rio Grande do Norte:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. ERRO GROSSEIRO NA ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000.00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARATER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).

Além disso, os documentos de RG apresentado na impugnação à contestação, demonstram divergências, quanto à foto, número do RG, nome dos pais, data de expedição e assinatura, em comparação ao documento apresentado ao Demandado para a realização do empréstimo e o documento original anexado pelo Autor nesse processo, conforme o ID. 32189296.

Registre-se, ainda, que na contestação o demandado sustenta que o autor requereu um saque autorizado, no valor de R\$ 1.220,00, em 20/04/2018, mediante a realização de depósito na conta de nº 8282-1, agência nº 5874 do Banco Bradesco, dados bancários estes divergentes da conta bancária do autor, cujos dados são: conta n. 149195, Agência 5885, Banco do Bradesco, conforme se verifica dos documentos anexados ao ofício do INSS (32078418 - Pág. 5).

Como cediço, a instituição financeira é responsável por eventuais irregularidades que possam ocorrer na prestação do serviço, consoante dispõe o artigo 14 do CDC, *verbis*: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Ora, incumbia ao demandado conferir os dados apresentados pelo suposto contratante, mediante cuidadosa análise da documentação apresentada, procedendo à eficaz conferência dos dados. Indispensável, por exemplo, a verificação a respeito do domicílio do proponente, da regularidade da carteira de identidade, assinatura e etc.

Dessa forma, verifica-se que os descontos realizados no benefícios previdenciário do autor se mostram indevidos, devendo ser procedida a baixa da referida notificação em face da

inexigibilidade do débito.

Com isso, a Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade da contratação do empréstimo ora questionado.



A parte autora pleiteia a condenação da parte ré na obrigação de pagar em dobro os valores descontados do seu benefício, com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

A demandante faz jus à restituição dos valores relativos aos descontos do contrato objeto da demanda. A repetição em dobro, porém, carece de demonstração de má-fé do contratante e do duplo pagamento por conta do consumidor, na esteira do entendimento do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. PROVA DE MÁ-FÉ DO CREDOR. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A repetição de indébito em dobro prevista no Código de Defesa do Consumidor não prescinde da prova de má-fé do credor. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013).

A má-fé da demandada não foi demonstrada, portanto, resta afastada a aplicação da devolução em dobro.

No tocante ao pedido de danos morais, o dever da demandada de indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art. 186 do CC) consistente em realizar o desconto em seu benefício de aposentadoria de valores não contratado pelo consumidor autor. (ID.32078347 e 32078348).

A jurisprudência do STJ perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de empréstimo realizado de forma fraudulenta:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário de 1 (um) salário-mínimo, recurso mínimo para a subsistência do autor, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) é justo e razoável, sendo

suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

a) **DECLARAR INEXISTENTE** o contrato de cartão consignado objeto da lide (ID nº 32078435, págs. 01 e 02), com o consequente cancelamento.

b) **CONDENAR o BANCO BMG S.A.** restituir, de forma simples, os valores, descontados indevidamente do benefício do autor decorrentes do contrato declarado nulo, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data do desconto (abril de 2018, súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de 1% ao mês, a contar da citação;

c) **CONDENAR o BANCO BMG S.A.** a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de correção corrigida pelo INPC a contar desta data (súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação;

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (NB 1603086533) relativa ao contrato de cartão crédito consignado ora declarado nulo, nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail dirben@inss.gov.br, para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Concedo o benefício da justiça gratuita, requerido na inicial, com fundamento no Art. 5º, LXXIV da CF; art. 4º, caput, da Lei 1.060/50 e art. 98 e do NCPC/15.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito. Após, publique-se, registre-se e intimem-se.

HANNA PINHEIRO DINIZ BEZERRA

Juíza Leiga

HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA

Em seguida, pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: “Nos termos do art. 40, da Lei n.º 9.099, de 1995, HOMOLOGO, por sentença, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, para que surta seus efeitos legais”.

Havendo apresentação de recurso, deve a secretaria certificar a tempestividade e o preparo (salvo gratuidade deferida nos autos) e intimar a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo, remetam-se os autos a uma das egrégias Turmas Recursais. Por outro lado, sendo o recurso deserto e/ou intempestivo, voltem-me os autos conclusos independentemente de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

Cientifique-se a parte demandada que, havendo solicitação da parte autora, caso não realize o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, contados a da intimação para pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 52, caput, IV da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º do CPC.

Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente sentença, deverá requerer o cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, archive-se, com baixa.

Fica parte autora ciente ainda de que, caso requeira o cumprimento da sentença, deverá proceder por meio de simples requerimento nos autos, o qual deverá conter: nome completo e número do CPF da parte autora; nome completo e número do CNPJ/CPF da parte demandada; índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados nesta sentença; termo inicial e termo final da correção monetária e dos juros utilizados; e demais exigências do art. 534 do novo CPC, respeitadas as disposições especiais do art. 52 da Lei n. 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

PAU DOS FERROS /RN, 04 de abril de 2019.

FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS

Juiz de Direito

Imprimir



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



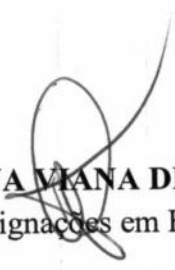
DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – 01.500.502, em 20/05/2019.

Ref.: Ofício nº 225/2019 do Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros – Poder Judiciário do Rio Grande do Norte.

Instituição Financeira: Banco BMG S.A.

Assunto: Processo Administrativo para apuração de irregularidades em empréstimos consignados.

1. Trata-se de Ofício emitido pelo Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros – RN solicitando a adoção de medidas para identificar eventuais falhas do Banco BMG S.A na contratação de empréstimos consignados.
2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo (01.300-417) para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios (01.500.502).


KARINA VIANA DE FREITAS
Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.001179/2019-15.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5461697** e o código CRC **28B57D7C**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001179/2019-15

SEI nº 5461697